



AValiaÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR: CONCEPÇÕES E REFLEXÕES¹

Anaína Souza Santana
Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS), Paraguai
Endereço eletrônico: anaina.1@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Avaliar não é uma tarefa fácil, da mesma forma que ser avaliado também não se caracteriza como tal. Muitas são as discussões em torno da temática avaliação dentro e fora da instituição escolar. Compreender as práticas avaliativas, seus sentidos e significados refletidos no desempenho da aprendizagem escolar é o objetivo desta pesquisa.

A função de educar não é uma prerrogativa exclusiva da instituição escolar, mas passa também pela instituição familiar e se reflete na sociedade visto que a formação do indivíduo contempla a sua autonomia e pleno exercício da cidadania.

Diante das inquietações enquanto educadora, no sentido de entender, colaborar e participar de um processo avaliativo escolar que seja formativo e significativo no consenti ao ensino e aprendizagem, que seja consciente, onde todos os envolvidos, em especial, professores, pais e alunos, não apenas conheçam o seu papel dentro deste processo, como também tenham objetivos dentro do mesmo e que juntos num sistema de cooperação busquem alcançá-los de forma justa e coerente, é que se fez necessário a iniciação desta pesquisa.

A prática avaliativa é uma constante em todos os âmbitos sociais e culturais da sociedade e se faz presente na história da humanidade. A escola por sua vez estrutura suas ações pedagógicas com vistas ao cumprimento dos conteúdos programáticos, que teoricamente devem ser assimilados pelos alunos, utilizando-se das práticas avaliativas como instrumento de comprovação do sucesso da aprendizagem.

Luckesi (1996, p. 170) reflete sobre a forma tradicional de avaliar na atualidade ao diz que “O processo de avaliação servia para determinar em que medidas os objetivos educacionais estavam sendo alcançados, porém a prática continuou a ser baseada em provas e exames”.

¹ O Presente artigo é fruto de uma pesquisa de mestrado em andamento e tem como objetivo compreender as práticas avaliativas, seus sentidos e significados refletidos no desempenho da aprendizagem escolar.



Neste sentido Freitas (1995, p.63) diz que “a avaliação não se restringe a instrumentos de medição, mas acaba sendo configurada como instrumento de controle disciplinar, de aferição de atitudes e valores dos alunos”

Vasconcelos dentro deste debate (1998, p. 43) evidencia a amplitude do conceito de avaliar ao dizer que a avaliação “deve ser um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática no sentido de captar seus avanços e possibilitar uma tomada de decisões, acompanhando a pessoa em seu processo de crescimento”

A cada dia emergem mudanças no sistema educacional, a evolução tecnológica alcançou de forma geral os alunos até mesmo mais cedo que a muitos professores. No que se refere às práticas pedagógicas a escola passou por uma série de modificações, metodológicas, filosóficas, tecnológicas e outras, que refizeram o seu perfil em termos de estrutura e organização, a única coisa que se mantém com dificuldades de acompanhar esse processo dentro de uma perspectiva interativa e interventiva, é a forma de avaliar o aluno.

A expressão “avaliação” surge expressa com a LDB de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) Regulamentando as práticas avaliativas no sistema educacional brasileiro em seu Artigo 24, inciso V, alínea a, ressaltando que “a avaliação deve ser contínua e cumulativa, em relação ao desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.

Logo, é possível inferir que o objetivo da educação não é promover os melhores alunos as séries seguintes e reprovar os que não atingirem a média. Média que não é unificada, sendo diferente para muitas escolas. Então, um aluno que foi reprovado em uma determinada escola em que a média vigente era 7 (sete), poderia ter sido aprovado em outra em que a média fosse 6 (seis).

Neste caso, o princípio da igualdade que é um direito constitucional, está sendo claramente infringido dentro do sistema educacional. Luckesi (2005) traz algumas reflexões sobre a utilização das notas e não das competências pedagógicas:

Será que o educando manifestou uma melhor e mais adequada aprendizagem, não deveria assim ser considerado? Então, por que classificá-lo abaixo do possível valor do seu desempenho? A possível competência não deveria ser, segundo as regras do ritual pedagógico,



registrada em símbolos compatíveis e correspondentes? Por que então modifica-la? (LUCKESI, 2005, p.36).

Luckesi (2005) levanta a discussão sobre a incoerência de atribuir notas ao avaliar por competência. Partindo do pressuposto que princípios básicos para a humanidade como igualdade, liberdade e educação são direitos sinalizados na legislação brasileira (Constituição Federal de 88, LDB, 9394/96 e ECA), a escola como uma instituição social deve ser o local onde exercício da cidadania possa imperar.

Nesta perspectiva os planejamentos escolares devem objetivar descaracterizar os significados negativos estigmatizados para avaliação como: seletiva, exclusiva e quantitativa para denotar inclusão, aprimoramento e reflexão, na ótica da formação do educando para assumir seu papel social de forma crítica e consciente.

METODOLOGIA

A pesquisa de cunho qualitativa, bibliográfica e exploratória, com análise documental e estudo de campo foi realizada com os alunos do ensino médio do Colégio Estadual Governador Luiz Viana Filho, no município de Guanambi-Bahia. De acordo Gil (1999, p.26) a investigação científica depende de um “conjunto de procedimento intelectuais e técnicos”.

O aspecto qualitativo se caracterizou por estarmos em contato direto com o sujeito, objetivando responder questionamentos subjetivos acerca das suas expectativas, anseios e perspectivas dentro do processo avaliativo.

A pesquisa bibliográfica e exploratória, ocorreu considerando que houve a leitura e análise dos documentos que abordavam as práticas avaliativas dentro da escola observada como o PPP, Portarias, Normas e Resoluções que regem a dinâmica escolar. Houve também o levantamento bibliográfico de autores que abordaram a temática avaliação dentro de uma perspectiva significativa e formativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Compreender os conceitos e os aspectos legais que regem as práticas avaliativas permitiu perceber que a avaliação sob a ótica do sistema educacional é extremamente abrangente e em alguns aspectos divergente. Abrangente porque visa a formação integral do indivíduo para atuação na sociedade de forma crítica e consciente, mas



divergente porque condiciona um juízo mensurável sobre a formação que a mesma legislação assegura como um direito.

Notou-se também que os aspectos qualitativos não estão refletidos nos dados expressos em notas nos boletins de rendimento escolar. Para o questionamento “ O seu boletim de notas corresponde ao seu aprendizado? ” 47% dos discentes responderam que sim, seguida de 38% que disseram nem sempre e, 16% afirmaram que não.

Na perspectiva de uma prática avaliativa processual onde as responsabilidades são compartilhadas, os estudantes foram questionados sobre o que eles fazem quando não atingem resultados satisfatórios nas avaliações. 62% afirmaram procurar estudar mais e tentar recuperar a nota na próxima unidade, 33% disseram ficar preocupados e apenas 5% afirmaram que observam onde erraram e tentam aprender mesmo não valendo mais nota. Estes dados demonstram que a valorização da nota, ainda é uma constante no ensino médio.

CONCLUSÃO

Cada sujeito tem suas particularidades e passa por situações diversas que podem influenciar tanto no desempenho da aprendizagem para o aluno, como na atuação para professor. Evidenciando a necessidade da comunicação e interação entre todos os envolvidos no processo educacional.

Com tudo, foi possível concluir que o processo avaliativo é reflexivo e para que haja um desempenho da aprendizagem satisfatório para todos os envolvidos neste processo é necessário que as práticas avaliativas ocorram de forma ética e coerente onde as ações e responsabilidades sejam compartilhadas por todos. O processo de ensino e aprendizagem vai além, do âmbito escolar, o caminho para atingir os objetivos é longo, mas não é solitário. Nesse contexto o resultado de um pode refletir no sucesso de todos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Educar; Práticas Avaliativas; Reflexões; Responsabilidades.

REFERÊNCIAS

BALTAZAR, José Antônio. **Família e escola: um espaço interativo e de conflitos.** São Paulo: Arte e Ciência, 2006.



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDOESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional
VI Colóquio Internacional
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**15 a 18
outubro
2019**

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96**. Brasília. MEC, 1996.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente 8069/90**. Brasília. MEC 2004.

_____. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOFFMANN, J. **Avaliação mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. 41. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 4. ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

MORETO, Vasco Pedro. **Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas**. 8. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

VASCONCELLOS, C.S. **Para onde vai o professor? Resgate do professor como sujeito de transformações**. São Paulo: Libertad, 2001.